



As economias pela perspectiva dos meios de vida: uma proposta de análise da economia para as crises do presente

Tomás Balbino¹

ST-11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo: As reflexões presentes no trabalho se situam nos contextos de crises da sociedade capitalista e no esforço por novas interpretações epistemológicas dos fenômenos econômicos que emergem daí. O objetivo é discutir uma categoria de análise da economia expressa pelas estratégias de obtenção dos meios de vida, identificada na relação entre os conceitos de economia substantiva e meios de vida. A interpretação econômica por essa ótica se solidifica a partir das aproximações teóricas e conceituais entre Karl Polanyi e Antônio Candido, o que permite uma interpretação própria dos aspectos econômicos das crises contemporâneas. Nota-se que as crises capitalistas também se manifestam como uma crise dos meios de vida, o que faz emergir outras economias provenientes do processo de diversificação dos meios.

Palavras-chave. Meios de vida, economia substantiva, reprodução da vida, crises do capitalismo

Economies from a livelihood perspective: a proposal for an analytical category of economics for present crises

Abstract. The reflections present in the work are situated in the context of crises in capitalist society and in the effort for new epistemological interpretations of the economic phenomena that emerge therefrom. The objective is to discuss a category of analysis of the economy expressed by the strategies for obtaining livelihoods, identified in the relationship between the concepts of substantive economy and livelihoods. The economic interpretation from this perspective is solidified from the theoretical and conceptual approaches between Karl Polanyi and Antônio Candido, which allows for an interpretation of the economic aspects of contemporary crises. It is noted that capitalist crises also manifest themselves as a livelihood crisis, which gives rise to other economies arising from the process of diversification of means.

Keywords: livelihoods, substantive economy, reproduction of life, crises of capitalism.

As economias pela perspectiva dos meios de vida: uma proposta de categoria analítica da economia para as crises do present

Resumen. Las reflexiones presentes en el trabajo se sitúan en el contexto de crisis de la sociedad capitalista y en el esfuerzo por nuevas interpretaciones epistemológicas de los fenómenos económicos que de ella emergen. El objetivo es discutir una categoría de análisis de la economía expresada por las estrategias para la obtención de medios de vida, identificada en la relación entre los conceptos de economía sustantiva y medios de vida. La interpretación económica en esta perspectiva se solidifica a partir de los acercamientos teóricos y conceptuales entre Karl Polanyi y Antônio Candido, lo que permite una interpretación de los aspectos económicos de las crisis contemporâneas. Se advierte que las crisis capitalistas también se manifiestan como una crisis de medios de vida, lo que da lugar a otras economías que surgen del proceso de diversificación de medios.

Palabras clave: Medios de subsistencia, economía sustantiva, reproducción de la vida, crisis del capitalismo

Introdução

¹ Pós-Graduação em Economia – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG)

As crises sobrepostas que se manifestam no capitalismo neoliberal, como a crise climática, a crise alimentar e a crise do trabalho, contextualizam o mundo real complexo que as teorias buscam compreender. É um cenário que demanda não apenas esforços políticos para agir em uma sociedade em crise, como também esforços teóricos para contribuir com a reflexão e o entendimento dos fenômenos que expressam os fragmentos dessa realidade. Nessa direção, algumas autoras têm refletido criticamente sobre a crise da sociedade capitalista neoliberal e o papel que a economia e seus teóricos ocupam neste processo. O pensamento feminista tem sido um dos condutores dessa crítica, como pode ser visto na obra de Fraser e Jaeggi (2018), segundo quem é necessário reconsiderar a importância da dimensão econômica na análise social e na crítica normativa. Se por um lado há um “economicismo restrito” até mesmo na teoria crítica, por outro, deve-se tomar cuidado para não se perder a importância da dimensão econômica na vida social (Fraser e Jaeggi, 2018; Jaeggi, 2018). Portanto, críticas e reflexões em torno do que de fato representa o fenômeno econômico na sociedade contemporânea têm ganhado espaço, propondo interpretações em torno de uma *ontologia social do econômico* (Jaeggi, 2018) e de uma *ontologia da diferença econômica* (Gibson-Graham, 2008), buscando entender a economia em um *sentido amplo* e propor uma análise econômica fora da “caixa preta do economicismo” (Jaeggi, 2018).

É sob referência dessas leituras críticas que o presente trabalho busca refletir sobre o fenômeno econômico definido por um arcabouço teórico fundamentado em dois conceitos: os meios de vida (Cândido, 2017) e a economia substantiva (Polanyi, 2012a). Pretende-se discutir e compreender como a categoria dos meios de vida representa, por sua essência conceitual, a economia (como fenômeno social). Por isso, a economia pode ser interpretada e definida a partir das relações e práticas constituídas para a obtenção dos meios de vida. Assim, identifica-se nos meios de vida uma categoria de análise social que nos remete a uma economia substantiva, inserida no domínio da cultura, aproximando-se de uma abordagem ética e política do fenômeno econômico (Polanyi, 2012a; Cândido, 2017; Sen, 2000).

Antônio Cândido (2017) elabora uma importante compreensão do que vem a ser a dimensão dos meios de vida, a partir de uma perspectiva dialética e estruturalista, ao estudar a cultura de um agrupamento de caipiras no interior de São Paulo, em meados do século XX. Ao buscar analisar aspectos da cultura caipirica desse agrupamento, Cândido (2017, p.21) argumenta que “pareceu conveniente adotar um ponto de partida situado no nível modesto mas decisivo da realidade econômica”. A menção feita por Cândido no parágrafo inicial de sua obra é um primeiro apontamento para a conexão de significados entre conceitos, pois coloca os meios de vida como nível decisivo da realidade econômica. Isso pode ser melhor compreendido ao observar que a “obtenção dos meios de vida é um aspecto da vida social”, considerando, assim, como um problema social que tem como característica as “unidades mínimas de vida econômica e social em que as relações encontram um primeiro ponto de referência” (Cândido, p.24-25). Este primeiro ponto está nas relações constituídas em torno das necessidades de sobrevivência, por isso, Cândido (2017, p.28) compreende que “as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos que dispõem para satisfazê-las”

A conexão dos meios de vida a um primeiro ponto de referência das relações que constituem a vida econômica e social o relaciona com a noção da economia enraizada na sociedade, que também tem como fundamento a necessidade de subsistência do ser humano (Polanyi, 2012a). O econômico, como aponta Polanyi (2012a, p.64), refere-se ao processo de satisfazer necessidades materiais, portanto, “estudar a subsistência humana é estudar a economia nesse sentido substantivo do termo”. Dessa forma, percebe-se que a categoria dos meios de vida e o conceito de economia substantiva, além da semelhança conceitual, possuem um sentido similar, que está fundamentado na necessidade biológica e social do ser humano de satisfazer suas necessidades materiais.

Portanto, estima-se que diferencial do olhar para o problema dos meios de vida está no fato de que ela aponta para estratégias domiciliares, comunitárias e territoriais voltadas para a

reprodução da vida, e como a organização dessas estratégias configuram fenômenos econômicos distintos e dinâmicos, que vão da diversificação à uniformização e da uniformização à diversificação dos meios de vida. O texto se divide em três seções que buscam definir e apontar para as relações entre os conceitos de economia substantiva e meios de vida que moldam uma categoria de análise, como discutir essa categoria à luz da atualidade.

Uma visão econômica substantiva

Uma importante contribuição para a compreensão da economia em um *sentido amplo* (Jaeggi, 2018) vem do conceito de economia substantiva, proposto por Karl Polanyi (2012a.;2012b). O autor argumenta que o entendimento do lugar que a economia ocupa na sociedade foi corrompido pelo significado único atribuído ao termo *econômico*. Isso pode ser entendido, pois, o termo literal utilizado para descrever uma atividade econômica parte de dois significados: o formal - que provém da definição de econômico pela noção de escassez-; e o substantivo - que provém da noção de que a subsistência humana, assim de como todo ser vivo, depende de um meio físico que a sustente. Contudo, ainda que o conceito de econômico aborda os dois termos, a distinção feita pela economia neoclássica configurou um cenário em que o postulado da escassez e maximização se tornasse um “monopólio semântico” do termo econômico, com uma importância realçada pelas instituições de mercado e pelos efeitos maximizadores que essas promoviam (Polanyi, 2012a).

O que houve na prática é que a “Lei Econômica” da oferta e demanda consolidou a identificação da economia com o mercado, assim “a economia passou a consistir em mercados e o mercado envolveu a sociedade”. Nesse sentido, os “estilos de vida” surgentes foram consequências diretas de uma visão economicista que criou motivações e valorações baseadas na identidade entre mercado e sociedade. A constatação dos “fenômenos econômicos” como “fenômenos de mercado” se tornou uma “necessidade prática da nova sociedade e do estilo de vida que nasceram das dores da Revolução Industrial”, desenvolvendo assim uma sociedade de mercado (Polanyi, 2012a, p.51).

A identificação entre economia e mercado criou a ilusão do determinismo econômico, isto é, uma lei geral criada para toda a sociedade humana em que compreende o sistema econômico como influenciador e determinante do restante da sociedade. Para acontecer vários processos institucionais foram necessários, como a penetração do comércio exterior nos mercados locais (o que tornou os preços locais controlados por mercados com flutuação livre de preços) e a introdução de preços flutuantes para os fatores de produção, como o trabalho e a terra. Com o tempo, diferentes preços - entre eles alimentos, salários e rendas - passaram a mostrar uma interdependência “digna de nota”, o que levou os homens a aceitarem uma realidade substantiva até então desconhecida. Assim, as classes sociais passam a ser determinadas pela renda, o “*contractus*” substitui o “*status*”, e “em vez de o sistema econômico enraizar-se nas relações sociais, estas passaram a se enraizar no sistema econômico” (Polanyi, 2012, p.221).

Tem-se, portanto, um processo de desenraizamento da economia do domínio da sociedade, que para Polanyi (2012a) é resultado de um hábito de pensamento personificado na mentalidade de mercado, criado nas sociedades industrializadas do século XIX, sendo uma “empreitada inédita na história da espécie humana”. Esse modo de pensar se constituiu em um erro lógico: igualar a economia humana em geral com a sua formação de mercado, o que caracteriza a *falácia economicista*. Para isso, o autor define a economia de mercado como “um sistema de mercados autorregulados (...) uma economia dirigida por preços de mercado e nada além de preços de mercado” (p.99).” Cabe ao Estado proteger a propriedade privada e garantir o cumprimento dos contratos, sendo a distribuição de recursos, o poder aquisitivo e a manutenção das preferências individuais um ponto ótimo alcançado pelas leis de mercado, sendo o suficiente para satisfazer as necessidades humanas (Polanyi, 2012a).

A economia de mercado promoveu um distanciamento entre ética e economia, o que resultou da exclusão dos preceitos da Filosofia Moral na teoria econômica e a consequente concretude da visão do *Homo Economicus*, presumindo que o comportamento real dos seres humanos é racional e, por isso, maximizador do seu interesse. A visão do *Homo Economicus* é para Polanyi (2012a) uma consequência direta das mudanças geradas pelo sistema de mercado autorregulado, e a afirmação de que o homem auto interessado é resultado da natureza humana, não passa de uma falácia inserida na formação da economia de mercado e que constitui um erro de pensamento lógico. A grande consequência é que a ampliação do mecanismo de oferta-demanda-preço para abarcar todos os fenômenos econômicos limita não apenas uma ideia pertencente a uma linha de pensamento, mas, também, a compreensão do significado substantivo do termo econômico (Polanyi, 2012a).

Contrário à visão de que a economia de mercado é a única expressão econômica que existe na sociedade, Polanyi (2012a) apresenta o conceito de economia substantiva. O significado substantivo da economia diz respeito à “dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver” (Polanyi, 2012, p.63). Essa visão nos orienta para o entendimento da economia como a interação institucionalizada do ser humano com o meio natural, e a consequente disponibilidade de meios para a satisfação das suas necessidades materiais essenciais à subsistência. A substância econômica presente neste fenômeno não diz respeito às necessidades em si, mas aos meios necessários para alcançar essas necessidades. Como afirma Polanyi (2012, p.64) “aqui, econômico se refere simplesmente ao processo de satisfazer necessidades materiais. Estudar a subsistência humana é estudar a economia nesse sentido substantivo do termo”.

O resgate de economias primitivas é uma forma de identificar a economia em seu sentido substantivo, artifício utilizado por Polanyi (2012a.; 2012b) em sua teorização. Qualquer sociedade humana depende de uma organização econômica para viver e se reproduzir. No entanto, os estudiosos da modernidade desconsideram por um longo período a existência dessas organizações antes do nascimento da economia de mercado. Como aponta Polanyi (2012b, p.102), “entre os modernos historiadores econômicos, Max Weber foi o primeiro a protestar contra o descarte das economias primitivas como irrelevantes para o debate sobre as motivações e os mecanismos das sociedades civilizadas”.

Desse modo, Polanyi (2012a; 2012b) atenta-se ao estudo de sociedades anteriores à economia de mercado, o que permitiu descobrir, a partir da pesquisa histórica e antropológica, que a economia humana está enraizada em suas relações sociais. O interesse humano não está na posse e no acúmulo material, mas sim na manutenção de uma posição social, suas reivindicações e patrimônios sociais. Os bens materiais são relevantes somente se garantirem esse fim. A produção e distribuição não estão ligados aos interesses estritamente econômicos, mas os interesses sociais guiam essas interações econômicas.

Polanyi (2012) busca compreender as sociedades a partir de princípios econômicos e institucionais. Uma característica observada é a ausência da motivação do lucro, do princípio do trabalho em troca da remuneração, da lei do menor esforço e, em especial, de qualquer instituição separada que se baseie em motivações econômicas. Ao contrário, princípios gerais de conduta, como costumes, a lei, a magia e a religião, que definiam como o indivíduo agia no sistema econômico, e assim assegurava a produção e distribuição de bens. “A normatividade é inseparável da realidade” (Polanyi, 2012a., p.113)

Nas sociedades analisadas por Polanyi (2012b), dois princípios econômicos são importantes para assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens: *reciprocidade* e *redistribuição*, assegurados pelos princípios institucionais da *simetria* e *centralidade*. Enquanto a reciprocidade se faz presente e eficaz em sociedades guiadas pelas relações de parentesco, a redistribuição é eficaz em sociedades com um chefe comum e com uma identificação territorial. Portanto, são comunidades em que não existe o interesse do lucro, e o sistema econômico representa uma mera função da organização social.

Além desses princípios, observa-se também o princípio econômico da *domesticidade*, assegurado pelo princípio da *autarquia*, que consiste na produção para o próprio uso. A compreensão desse princípio apresenta uma relevância para a compreensão da economia substantiva, pois é o princípio econômico que deu origem ao termo economia, a partir da palavra grega *oconomia*. A unidade autossuficiente é organizada por diferentes vínculos, como a família, a aldeia ou o domínio senhorial, seguindo o mesmo princípio: produzir e armazenar para satisfazer as necessidades dos membros do grupo.

O princípio da domesticidade resgata a perspectiva ética por trás da noção de Polanyi (2012), que se fundamenta em uma noção de economia que pode ser atribuída ao pensamento de Aristóteles. Para o pensador grego, o homem não é um ser econômico, mas um ser social, e que a busca por interesses materiais e posses é apenas um meio para alcançar os fins que realmente lhe importa: a receptividade social, seu status social e seus bens sociais. Portanto, pelo pensamento de Aristóteles, atribui-se à economia alguns conceitos centrais, como: comunidade, autossuficiência e a justiça, isso quando sequer existia um termo para designar o conceito de economia (Polanyi, 2012a). A comunidade se refere ao grupo com interesse contínuo, com base no comportamento recíproco e nas partilhas mútuas, que se reproduzem em torno da necessidade de se manterem autossuficientes. Diante de posições desiguais dentro da comunidade, a justiça assegura questões relacionadas à “distribuição dos bens da vida, à adjudicação de conflitos ou à regulação de serviços mútuos, requeridos para a continuidade do grupo.” (Polanyi, 2012, p.249).

O comércio, a troca e a escassez, conceitos centrais da economia moderna, faziam sentido na perspectiva aristotélica apenas quando inseridos nas questões relacionadas à comunidade. O comércio era um postulado da autossuficiência necessário para restabelecer a autonomia, sendo um processo natural quando serve à comunidade e atua para a subsistência humana. As trocas de bens e serviços, meio pelo qual se dava o comércio, retratavam as ações humanas enquanto necessárias para a autossuficiência comunitária e eram praticadas com base em uma partilha recíproca a preços justos, não havendo lucro envolvido e existindo uma taxa ou proporção de troca definida. Já a noção de escassez não existia em Aristóteles, uma vez que para ele o desejo de riqueza não era verdade, mas representava apenas a busca pelas coisas necessárias para o sustento da vida e armazenadas para sustentar necessidades futuras (Polanyi, 2012a)

Desse modo, a noção de economia enraizada no pensamento de Aristóteles denota um processo institucionalizado que assegura o sustento. A economia está relacionada com a autossuficiência da comunidade, portanto, nas necessidades da vida com as quais a comunidade subsiste. Portanto, “a economia - como mostra o radical da palavra, ela é uma questão da vida doméstica ou familiar, o oikos - concerne diretamente à relação das pessoas que compõem a instituição natural da família” (Polanyi, 2012a, p.250).

Por essa perspectiva, uma contribuição mais recente para a compreensão da economia substantiva parte de Coraggio (2014), segundo quem a obra de Polanyi é uma possibilidade de se recuperar a relação entre ética, economia e política, e projetar as práticas de transformação possíveis em direção a outra economia. Para o economista argentino, a economia substantiva pode ser interpretada como dimensão econômica que antecede a reprodução da vida, seja ela simples ou ampliada².

Segundo o autor (Coraggio, 2014, p.6) os princípios de integração econômica propostos por Polanyi são “relevantes em vários elementos heurísticos para analisar novas realidades e atuar para transformar as existentes”, e contribuem para “organizar conceitos e dados que contribuam para captar os processos históricos, a dinâmica, as contradições e os possíveis

² Como reprodução simples, Coraggio (2000) define como o moralmente aceito como mínimo para a reprodução das famílias em uma determinada época e cultura, ou seja, o mínimo para a subsistência. Como reprodução ampliada, Coraggio (2000) denota a melhora estrutural da qualidade de vida, que pode ser dar por alguma mudança, precisamente, na “qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitabilidade, no contexto que nutre a vida das unidades domésticas” (p.105).

modos de desenvolvimento de cada economia concreta, em especial as da periferia latino-americana.” Assim, por meio da definição substantiva, é possível a hipótese de que “não existe uma realidade econômica em que tem que se adaptar ou morrer, mas bem, a partir de qualquer economia empírica, outras economias são sempre possíveis” (Coraggio, 2014, p.2). Desse modo, um amplo espaço para a análise econômica e social se abre a partir do conceito substantivo, permitindo uma investigação das condições econômicas de existência de qualquer sociedade (Coraggio, 2014).

As interpretações dos meios de vida

Uma definição para os meios de vida

Se propondo a analisar aspectos da cultura de um agrupamento de caipiras no interior do estado de São Paulo, Cândido (2017, p.21) argumenta que “pareceu conveniente adotar um ponto de partida situado no nível modesto mas decisivo da realidade econômica”. A menção feita pelo autor no parágrafo inicial de sua obra é um primeiro apontamento para a conexão de significados entre conceitos, pois coloca os meios de vida como nível decisivo da realidade econômica. Isso pode ser melhor compreendido ao observar que a “obtenção dos meios de vida é um aspecto da vida social”, um problema social voltado para as “unidades mínimas de vida econômica e social em que as relações encontram um primeiro ponto de referência” (Cândido, p.24-25). Este primeiro ponto está nas relações constituídas em torno das necessidades de sobrevivência e compreende que “as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos que dispõem para satisfazê-las” (Cândido, 2017, p.28).

Ao definir a categoria dos meios de vida, Cândido (2017) a torna compreensível a partir do entendimento do equilíbrio social entre necessidades e soluções para a sua satisfação, o que todo grupo social está condicionado. As necessidades possuem um duplo caráter: o natural e o social. Se em um primeiro momento as necessidades são orgânicas e biológicas, em um segundo plano elas se complexificam ao ponto de perder o caráter estritamente natural, se tornando produtos da sociedade (Cândido, 2017). A quantidade e a qualidade das necessidades a serem satisfeitas determinam as soluções, que para Cândido (2017) são o ponto de partida para abordar as relações de um grupo com o meio físico. Portanto, o equilíbrio social depende da correlação entre necessidades e sua satisfação, o que infere que as situações de crise aparecem como dificuldade ou impossibilidade de relacioná-las (Cândido, 2017).

Para a obtenção do equilíbrio, as organizações que se desenvolvem para esse fim precisam atender a dois ajustamentos: i) descoberta de soluções que permitam explorar o mundo físico e obter recursos da subsistência; ii) e o estabelecimento de uma organização social capaz de complementar a ação inicial de exploração dos recursos (Cândido, 2017). Como menciona o autor, ao recuperar um texto de Goodfellow, “o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida” (1939, p.260 *apud* Cândido, p.31). Assim, para obter os meios de vida, é necessário que um grupo tenha mínimos vitais de alimentação e abrigo, como também mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas.

Certas culturas resolvem de maneira mais satisfatória suas necessidades, graças ao equipamento material e a organização em torno deles, enquanto outras, não conseguem ultrapassar um nível mínimo de obtenção dos meios de vida, devido a privação de acesso aos recursos materiais, como também técnicas rudimentares de solução e organização (Cândido, 2017). Desse modo, na perspectiva de Cândido (2017), os meios de vida englobam a existência de necessidades humanas, de materialidades (relações humanas com a natureza) e de sociabilidades (relações entre os seres humanos) responsáveis por suprir essas necessidades.

Ao pensarmos os meios de vida por uma perspectiva marxiana, referência para Cândido (2017), remontamos a ideia de que o ser humano é um ser universal, e que os recursos como

vegetais, animais, minerais, ar, luz, ou seja, a natureza, constituem o corpo inorgânico do ser humano. É um ser universal pois se difere dos outros animais e é capaz de viver para além da compulsão de suas necessidades físicas; e possui a natureza como corpo inorgânico pois a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, com o qual o homem deve se manter em contínuo intercâmbio “a fim de não morrer” (Marx, 2015, p.311).

Na prática, o homem vive apenas desses produtos naturais, sob a forma de alimento, aquecimento, roupa, abrigo, etc. A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira seu corpo: 1) como meio direto de vida, e igualmente, 2) como o objeto material e o instrumento da sua atividade vital.

Assim, compreende-se os meios de vida a partir da natureza humana do ser ente-espécie, em que a atividade vital, a vida produtiva do homem é que prepara sua natureza inorgânica para “seu prazer e perpetuação” (Marx, 2015).

No entanto, a ideia de meios de vida constitui-se para Marx (2015) apenas com a alienação do trabalho. Como afirma Marx (2015), a alienação do trabalho aliena o homem de sua atividade vital, como também o aliena de sua espécie. A vida em espécie se torna uma vida individual, e o “trabalho, *atividade vital, vida produtiva*, aparecem ao homem apenas como *meios* para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência física”. Apesar de Marx afirmar que é a alienação do trabalho que transforma a atividade vital humana em “unicamente um meio para sua existência” (Marx, 2015, p.311), a partir do sentido semântico considerado neste trabalho, pode-se aferir que os meios de vida no pensamento marxiano estão associados à atividade vital do ser ente-espécie, o que atribui à categoria uma definição que não se limita apenas ao fim das necessidades materiais, mas à vida enquanto objeto para um ser autoconsciente.

Pelas noções do ser ente-espécie e do equilíbrio social, compreende-se os meios de vida como expressão de um processo de “solidariedade profunda do mundo físico e da cultura humana”, faces de um mesmo processo dialético (Cândido, 2017, p.29). Na medida em que as necessidades vitais são renovadas e multiplicadas, as soluções e recursos também o são, o que cria uma permanente interação entre os seres humanos, suas organizações e o meio natural. O espaço se torna a expressão do trabalho social e da técnica, e se transforma evidenciando os diferentes aspectos da solidariedade entre mundo físico e cultura humana (Cândido, 2017). Por essa definição, é certo afirmar que os meios de vida nos fornecem uma compreensão sistêmica, capaz de considerar a economia como resultado da interação entre os domínios da cultura e da natureza para a resolução das necessidades vitais vinculadas à subsistência e à qualidade de vida.

A reaparecimento dos meios de vida

Portanto, pode-se dizer que a abordagem dos meios de vida (*livelihoods*) influencia o pensamento dos estudos rurais desde os anos de 1950, envolvendo colaborações de ecologistas, antropólogos, agrônomos, economistas, sociólogos, visando as mudanças no sistema rural e os desafios para o desenvolvimento (Fardon, 1990 *apud* Scoones, 2009). Contudo, no período pós Segunda Guerra Mundial a perspectiva teve pouca visibilidade na literatura e nas doutrinas de desenvolvimento, tendo em vista que o avanço da tecnologia e o aumento da produtividade fizeram com que o paradigma de desenvolvimento se firmasse nas teorias de modernização produtiva e crescimento da renda nacional (Scoones, 2009).

Nas últimas duas décadas do século XX, um ponto importante para a reascensão dos meios de vida no debate sobre desenvolvimento rural é a sustentabilidade ambiental, que emergiu a partir das interações da Conferência Rio 92. A importância do tema se deu por representar um olhar sobre como as ideias modernizantes do desenvolvimento estavam

suprimindo as formas de diversas populações rurais se reproduzirem, limitando e impondo novos meios de vida (Scoones, 2009). A preocupação com a mudança histórica da dinâmica ecológica, as diferenciações sociais e de gênero e os contextos culturais passaram a influenciar nas análises do meio rural naquele período. Isso definiu um campo de estudos que associou o desenvolvimento ao meio ambiente, levantando preocupações mais amplas sobre a supressão dos meios de vida rural (Scoones, 2009).

Além disso, os estudos da geografia política marxista emergiram como importantes contribuições para as análises rurais com base em uma ecologia política. Essa vertente levantou uma interpretação territorial do desenvolvimento, com base na formação social de cada território e os meios de vida constituídos em cada processo. A análise espacial uniu a compreensão da realidade em um nível local, o entendimento dos diversos meios de vida presentes nas realidades complexas de cada espaço e os vínculos com as questões macroestruturais (Scoones, 2009).

Os meios de vida (*livelihoods*) foram definidos como as formas que um determinado indivíduo, família ou comunidade possuem para “ganhar” a vida (Chambers *et al.*, 1992; Ellis, 1999; Scoones, 1998). Como primeira contribuição nessa direção foi feita por Chambers e Conway, em 1991, ao desenvolverem uma estrutura conceitual que associa os meios de vida à sustentabilidade ambiental, formada pelos conceitos de capacidade, equidade e sustentabilidade, tratando os meios de vida por uma perspectiva definida como sustentável (*sustainable livelihoods*). Essa estrutura é formada pelos conceitos de capacidade, equidade e sustentabilidade, o que permite fazer um link entre economia e ecologia.

Nessa perspectiva, os meios de vida foram pensados em uma estrutura de análise da categoria. Os ativos dos meios de vida, divididos entre tangíveis e intangíveis, é a principal forma de analisar os meios de vida por essa perspectiva. Entre os ativos tangíveis estão presentes os recursos [*resources*], como terra, água, árvores, criação de animais, ferramentas e equipamentos para o trabalho e utensílios domésticos; e as reservas [*stores*], como os estoques de alimentos, bens de valor (como joias) e o dinheiro. Entre os ativos intangíveis estão presentes as reivindicações [*claims*], que são ativos baseados em uma combinação de direitos, convenção social, obrigação moral e poder. O acesso [*access*] também é uma dimensão de ativos intangíveis, e é definido pelos autores como oportunidade prática que o indivíduo tem para usar um recurso ou serviço (transporte, educação, saúde e mercados), obter uma informação (rádio, TV e jornais), material e tecnologia para produção (técnica de cultivo, aprimoramento genético de sementes locais, etc.), ter alimento, emprego e outras atividades geradoras de renda, como o direito a recursos de propriedades comuns (Chambers *et al.*, 1992).

Scoones (1998) e Ellis (1999) formularam uma estrutura para a análise dos ativos com base em cinco categorias: o capital humano (educação, habilidades, conhecimento, saúde dos membros da família), o capital natural (estoque de recursos naturais, solo, água e serviços ambientais), o capital social (redes, associações, poder de reivindicação social), capital financeiro (poupança, crédito, animais de criação) e capital físico (equipamentos e ferramentas de trabalho, infraestrutura básica e tecnologia). Esses ativos representam a estrutura de recursos por trás dos meios de vida, sendo que um passo chave para análise do objeto rural é identificar quais recursos são necessários para diferentes combinações de meios de vida (Scoones, 1998)

Chambers *et al.* (1992) argumentam que os meios de vida são pré-determinados pela origem natural e cultural de cada localidade, sendo que a análise dos meios de vida deve incluí-los em um contexto social que influencia nas condições de vida. Nesse sentido, os ambientes social, econômico e ecológico determinam as escolhas dos meios de vida e faz com que as pessoas definam entre diferentes estratégias para alcançá-los, como as pluriatividades, a busca por educação e conhecimento e a migração (Chambers *et al.*, 1992; Scoones, 1998).

Ellis (1999) aponta para a presença de uma diversificação das estratégias dos meios de vida presentes nos territórios, marcados pela construção de um portfólio de atividades diversificadas por parte das famílias, resultante de uma interação entre distribuição de renda,

produtividade agrícola, preservação ambiental e relações de gênero. Essa diversificação contribui para uma maior resiliência das populações rurais diante de impactos sazonais causados pela falta de renda e recursos. A perspectiva de Ellis (1999) remete-se a Sen (2000), e compreende que a diversificação dos meios amplia as capacidades e possibilidades das famílias no combate às vulnerabilidades e na ampliação da qualidade de vida.

Apesar da diferença na genealogia dos termos e na metodologia de análise, o termo *livelihoods* utilizado mais recentemente, e os meios de vida utilizado por Cândido (2017), apresentam a mesma preocupação sobre a relação entre seres humanos e o meio social e natural, “interconectados, indissolúveis e interdependentes” (Pereira *et al.*, 2010, p.58). Se compartilha também a importância dos meios de vida como fator dinâmico das socialidades e materialidades decorrentes das necessidades humanas, sendo a dimensão que expressa a reprodução material atrelada à subsistência e à qualidade de vida.

3. Os meios de vida em uma leitura da crise do capitalismo

Os meios de vida e os dilemas capitalistas

As crises sobrepostas do capitalismo podem ser analisadas à luz dos meios de vida, pois permitem uma análise a nível longitudinal - enfatizando a capacidade de enfrentamento, adaptação, melhoria, diversificação e transformação- e uma análise a nível individual - enfatizando a complexidade dos padrões e estratégias de famílias e comunidades em torno da organização dos meios de vida (Scoones, 2008).

Essa interpretação pode ser feita desde o desmoronamento da civilização do século XIX e a consequente civilização originada pelo mercado autorregulado (Polanyi, 2012b). A tese de Polanyi (2012b) em “A Grande Transformação” é que “a ideia de um mercado capaz de se ajustar a si mesmo implicava um flagrante utopia. Tal instituição não teria como existir de maneira duradoura *sem aniquilar a subsistência humana e natural da sociedade*; destruiria fisicamente o homem e transformaria seu ambiente num deserto” (Polanyi, 2012b, p.51, grifo nosso).

Portanto, a influência o capitalismo nos meios de vida se expressa pelo processo de expropriação e exploração do capitalismo, instituído a partir da acumulação primitiva (Fraser & Jaeggi, 2018). Desde as mudanças que ocorreram na sociedade inglesa no século XV, caracterizadas principalmente pelos cercamentos e pela mecanização da produção de mercadorias, o progresso técnico da produção esteve acompanhado de uma destruição catastrófica na vida das pessoas comuns, gerando um desintegração social, Foi uma “revolução dos ricos contra os pobres” (p.88), que forçou as pessoas a passarem de agricultores para a posição de mendigos e ladrões (Polanyi, 2012b, p.88).

Portanto, no processo de constituição do capitalismo, a apropriação privada dos meios de produção e a instituição de um mercado de trabalho livre são os definidores de uma crise que afeta diretamente os meios de vida (Fraser e Jaeggi, 2018). Grupos sociais que possuíam estratégias de obtenção dos meios de vida diversificadas, fundamentados na domesticidade, reciprocidade e redistribuição, em relações e práticas de produção e trocas, são forçados a ter na venda da força de trabalho em um mercado de trabalho livre a única estratégia de meios de vida, ou seja, é uma necessidade de a economia de mercado capitalista suprimir, padronizar e uniformizar os meios de vida.

O fenômeno descrito orienta uma reflexão em torno de uma crítica fundamentalista (Fraser e Jaeggi, 2018), de que o capitalismo não é organicamente funcional e está sempre sujeito a crises, tendo desde sua origem uma característica desintegradora do equilíbrio social entre necessidades e sua satisfação (Candido, 2017), o que se agrava no contínuo processo de expropriação e exploração. Há um problema na lógica de funcionamento do capitalismo, identificado por Polanyi (2012^a, 2012b), que é a aniquilação da subsistência humana e natural da sociedade, para que a instituição da economia de mercado capitalista exista de maneira duradoura.

A crise do trabalho evidencia essa característica funcional, na medida em que o mercado de trabalho formal, solução capitalista para a obtenção dos meios de vida, se mostra incapaz de absorver a mão de obra, especialmente no capitalismo neoliberal. Isso promove o aumento do desemprego, a redução de empregos formais, o aumento da precarização e o crescimento do número de trabalhadores por conta própria, o que faz com que um número cada vez maior de pessoas dependa do trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa (Kraychete, 2000). A classe informal se multiplica, e a busca pela diversificação dos meios passa a ser uma estratégia presente nas classes populares. As multiocupações, inclusive formal-informal, se tornam os meios de vida de boa parte dos grupos sociais, somando as pluriatividades, a autoprodução de alimentos, os circuitos de comercialização, doação e trocas solidárias, os comuns, os mutirões, como expressões dos processos de diversificação que estão em curso, e que em alguns lugares nunca deixaram de existir. Portanto, diante dos obstáculos capitalistas que dificultam a relação entre as necessidades humanas e sua satisfação a partir do meio social e natural, os grupos sociais desenvolvem suas estratégias de sobrevivência diversificando seus meios de vida, em contraposição à uniformização dos meios imposta pela economia de mercado capitalista.

A interpretação dos meios de vida também contribui para uma crítica moral, de que o capitalismo produz resultados moralmente indefensáveis. Como apresenta Fraser e Jaeggi (2018, p.140), uma das vertentes dessa crítica é que “o capitalismo destrói a vida das pessoas ou seus meios de subsistência de modo errado, sob um ponto de vista moral”. Retorna-se ao processo de expropriação-exploração para entender que é moralmente indefensável por tirar as pessoas de seus territórios de sobrevivência e torná-las subservientes a um sistema (Fraser e Jaeggi, 2018). A natureza desigual do capitalismo é resultado, dentre outras coisas, de sua estrutura “antitética à democracia”, não só por atribuir acesso privilegiado ao poder aos detentores de riqueza, mas, principalmente, “porque a condição insuperável da existência do capitalismo é o fato de a mais básica das condições de vida, as exigências mais básicas da reprodução social, ter de submeter aos ditames da acumulação de capital e às “leis” de mercado” (Wood, 2003, p.8 *apud* Paula, 2021, p.45).

Também é moralmente indefensável diante de uma lógica tendencial de transformar o ambiente natural em um deserto (Polanyi, 2018). As mudanças climáticas já representam o estágio avançado e a gravidade das relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza. É uma relação vital para o ser humano-espécie, que tem a natureza como corpo inorgânico, pois a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, com o qual o homem deve se manter em contínuo intercâmbio “a fim de não morrer” (Marx, 2015). Fazer dessa relação uma fonte de destruição, é destruir a própria vida.

A categoria dos meios de vida também subsidia a crítica *ética* do capitalismo, reforçando que a economia deve prover as condições materiais diretas e indiretas para satisfazer as necessidades de todos os membros da sociedade. A interpretação dos meios de vida se explicita relevante para uma abordagem ética quando se volta para o alimento, o que é evidenciado na obra de Cândido (2017) e Polanyi (2012a). A obtenção do alimento também é um problema fundamental para a economia de mercado capitalista, pois dificulta a satisfação de necessidades básicas de duas formas: suprimindo as condições sociais e biológicas necessárias para a produção de alimentos e limitando seu acesso somente via mercado. Os que não conseguem acessar a renda para obter o alimento via mercado, ou morrem de fome ou buscam outros meios para obtê-los. Na busca por outros meios, a diversificação dos meios de vida se torna um processo comum, responsável por diminuir a vulnerabilidade dos grupos sociais.

A crítica se estabelece mediante a ética consumista e produtivista que molda a relação entre os seres humanos e o meio biofísico em que estão inseridos (Grzybowski, 2011), o que gera inúmeras consequências para a reprodução da vida humana e de todo metabolismo vivo que o cerca. Alguns fenômenos recentes apontam para essa transformação em curso. Em 2020, a massa antropogênica, construída pelos seres humanos, ultrapassou pela primeira vez na história a bioamassa, que é a massa conjunta de todos os seres vivos (Elhacham *et al.*, 2020).

Soma-se a isso o fato de que o “Dia da Sobrecarga da Terra”, que é aquele em que a humanidade esgota todos os recursos biológicos que a Terra regenera ao longo de um ano, tem chegado cada vez mais cedo. Em 2021, essa data se deu no dia 29 de julho, três semanas antes do que ocorreu em 2020, sendo que no Brasil o Dia da Sobrecarga se deu no dia 27 de julho (Kuebler, 2021). Essas características apontam para o contexto de emergência climática e ecológica em que a sociedade contemporânea está inserida, sendo a ação humana a grande responsável por esses fenômenos e processos.

Apesar de ser um problema enraizado na essência do capitalismo, a crise ecológica se tornou de interesse dos agentes públicos e detentores de poder apenas nas últimas décadas do século XX. A reunião de Founex, como parte do processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972, pode ser vista como uma primeira projeção para se pensar as questões ambientais para além das abordagens reducionistas da ecologia e da economia, tendo contribuído para Declaração de Estocolmo (1972) e a Declaração de Cocoyoc (1972) (Sachs, 1993). Um outro marco é o Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, representando uma expressiva preocupação em torno das questões ecológicas que ameaçam a reprodução da vida na Terra (CMAD, 1991). Em 1992 foi promovida a ECO-92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento -, realizada no Rio de Janeiro, sendo reconhecida como o momento em que a conscientização ambiental e ecológica entrou definitivamente na agenda dos países (Sachs, 1993). No entanto, apesar das intenções, a perspectiva ambiental por trás dessas proposições nunca abordou o fundamento elementar da crise ecológica: o poder político exercido sob a justificativa da economia de mercado, que defende a produção de práticas insustentáveis. Isto é, a desintegração social e a aniquilação ecológica gerada pela economia de mercado capitalista, apesar da perversidade da sua lógica de reprodução observada ao longo do desenvolvimento da história, sempre foi defendida e justificada a partir do poder político

Por fim, em uma abordagem ética os meios de vida representam uma economia associada à boa vida, aos modos de vida territorializados, reforçado pela proximidade entre economia e cultura presente na categoria. Os meios de vida expressam a dimensão material que antecede a reprodução ampliada da vida, a busca contínua pela qualidade de vida, pela expansão de capacidades (Coraggio, 2000; Sen, 2000). A obtenção do alimento é essencial para a reprodução da vida humana e ecológica. Atentar-se às práticas e relações que se constituem em torno do alimento é uma interessante maneira para compreender as economias que se formam no tecido social em contextos de crise.

As dinâmicas dos meios de vida e a busca pela diversificação

As dinâmicas e organização dos meios de vida também auxiliam na compreensão dos movimentos que se formam no curso da crise. Com a privação do único meio de vida do sistema capitalista, a diversificação dos meios se torna um processo extensivo no tecido social. Nos núcleos urbanos a crise do trabalho é intensificada, pois o acesso à renda via mercado de trabalho se depara com a informalidade, e outras formas de trabalho passam a compor as estratégias de meios de vida, que se manifestam nas pluriatividades, na uberização, no trabalho autônomo, na economia popular e solidária, entre outros. Outras formas de obtenção de alimentos também são construídas, por meio da ocupação de espaços públicos e privados para o cultivo de hortas comunitárias, da promoção de circuitos curtos de comercialização e financiamento, de feiras, de doações e da produção para autoconsumo, que passam a compor as estratégias urbanas. Constitui-se também outras formas de obter a moradia, a partir da ocupação de espaços públicos e privados, construídos e “naturais”, geridos por normas costumeiras de uso comum, ou pelas institucionalidades do mercado imobiliário informal.

No meio rural, espaço em que muito ocorreu a expropriação dos meios de vida, o processo de urbanização extensiva (Monte-Mór, 2006) estimula o crescimento de atividades

não-agrícolas nas estratégias de meios de vida das famílias, potencializadas pela democratização dos meios de comunicação e transporte (Aquino *et al.*, 2020). Junto às rendas provenientes de políticas públicas, esse processo modifica o portfólio de meios de vida das famílias rurais, que integradas por princípios econômicos e arranjos institucionais específicos, vão dando forma a outras economias no território, manifestadas na diversificação dos meios de vida.

A dinâmica dos meios de vida no rural pode ser observada diante de uma das maiores secas registradas na região semiárido do Brasil, entre 2012 e 2016 (Aquino e Nascimento, 2020; Mattos e May, 2020). As consequências da precipitação pluviométrica foram várias, como a redução das fontes de água, a dificuldade da irrigação da agricultura e da criação animal, a diminuição da oferta de alimentos para os núcleos urbanos, entre outros. No entanto, o que estudos recentes sobre o fenômeno têm demonstrado é uma consequência distinta do que era historicamente observado na região: dessa vez não se verificou o esvaziamento de áreas rurais, como se observou nas grandes secas do passado (Aquino e Nascimento, 2020; Mattos e May, 2020). Como menciona Silva *et al.*(2020), nas entrevistas de campo não se teve nenhum relato sobre pessoas que tiveram que deixar suas terras em decorrência da seca, ao contrário, as famílias rurais asseguraram que era possível viver com pouca água e criar estratégias para sobreviver ao período crítico. Diferentes motivos ajudam a compreender a resiliência das famílias rurais na última seca. Mattos e May (2020) apontam para uma nova concepção para lidar com a seca da região, construída a mais de duas décadas, a partir de princípios de políticas públicas voltadas para a “convivência com o semiárido”, não somente para o “combate à seca”. Aquino e Nascimento (2020) destacam que as pluriatividades, potencializadas pelo crescente acesso aos meios de transporte e comunicação pelas famílias rurais, aumentou a participação de rendas não agrícolas derivadas da maior inserção nas áreas urbanas da região. Silva *et al.* (2020) argumentam que agricultores e organizações públicas se mobilizaram e, com a aplicação de um conjunto de inovações técnicas e institucionais, como a territorialização das políticas de desenvolvimento rural, asseguraram água para a população rural. Desse modo, foi possível amenizar os impactos socioeconômicos da seca e reduzir o clientelismo histórico combinado ao fenômeno.

Portanto, atentando-se às novas formas de convivência com o Semiárido, que estimularam práticas de agricultura adaptada e novas formas de captação de água (Mattos e May, 2020), às rendas não agrícolas oriundas das pluriatividades, da democratização dos meios de transporte e comunicação (Aquino e Nascimento, 2020), aos programas de crédito e transferência de renda, que garantiram capacidade de suprir necessidades básicas e assegurar capacidade de reserva e investimento mesmo depois da seca, à autonomia política gerada pela capilaridade das ações da sociedade civil (Silva *et al.*, 2020), percebe-se que as primeiras décadas do século XXI sinalizam um “novo rural” na região do semiárido, em especial na região mineira do Vale Jequitinhonha. Diante da seca que afetou a região no período, também é possível perceber que essa nova organização socioespacial tem como marca a melhoria nas condições de vida e de permanência da população no campo, o que pode ser interpretado pelos processos e consequências da urbanização extensiva - que estimulou a politização do espaço e a expansão das condições gerais de produção e reprodução - e pelas políticas públicas - responsáveis pelo fortalecimento das condições de vida e dos arranjos institucionais dos territórios do semiárido.

Constitui-se, assim, economias compreendidas como um fenômeno holístico, relacionadas às formas de organização social e ao meio físico em que está inserido. São observadas a partir da disponibilidade de recursos e da organização necessária para acessá-los, como também da desintegração social e da aniquilação da natureza. As economias que se constituem carregam dois aspectos importantes quando interpretadas a partir dos meios de vida: as relações entre economia e ética e economia e política, dimensões separadas pela economia de mercado.

Isso é possível devido ao caráter ético e político expressos pela dimensão dos meios de vida, quando se tratando de práticas econômicas territorializadas. Com relações econômicas enraizadas, não é somente o preço de mercado, determinado pela oferta e demanda de um bem, tal como julga a economia de mercado, que determina o acesso aos meios de vida. A partir de expectativas mútuas e definições compartilhadas do que significa a reprodução da vida, as estratégias de meios de vida sobrepõem-se às leis de mercado e as configuram como fenômenos econômicos enraizados nas relações sociais, dotados de um interesse comum associado à subsistência e qualidade de vida dos grupos sociais.

Por essa leitura, joga-se luz à uma infinidade dos conjuntos de práticas econômicas, isto é, às estratégias de meios de vida presentes nos territórios, o que representa a diversidade presente na relação entre os seres humanos e o meio biofísico para a satisfação das suas necessidades. As normas costumeiras que fundamentam a ética de cuidado em torno do uso e gestão sustentável da água (Grzybowski, 2011; Galizoni, 2005) ou as relações de reciprocidade que permeiam o uso de terras e recursos comuns (Tonucci e Costa, 2017) são representações das práticas que constituem a diversificação dos meios de vida dos grupos sociais.

Além disso, aponta para movimentos sociais de resistência e emancipação organizados em torno dos meios de vida, da autonomia dos territórios e do enfrentamento às vulnerabilidades a partir de das economias enraizadas. Como apresenta Molina *et al.* (2020), esse enraizamento se faz presente nos movimentos que lutam pelo direito à terra, às águas e às florestas, pelo direito à moradia e à alimentação, nos movimentos de desempregados, movimentos ambientalistas, movimentos negros, feministas, em defesa da cultural popular e tantos outros que seguem as veredas emancipatórias.

Considerações finais

A interpretação do fenômeno econômico como um processo institucionalizado voltado para a satisfação das necessidades materiais apresenta importantes pontos para refletirmos sobre a crise contemporânea e a crítica posta pela ecologia política. Primeiramente, se analisarmos as definições de desenvolvimento sustentável, percebemos que há uma referência à subsistência humana como preocupação elementar desse tipo de desenvolvimento (Barbier, 1987). No entanto, percebe-se que a noção de subsistência presente nos espaços e discursos de órgãos multilaterais não toca no ponto principal dessa perspectiva: uma falsa ideia de que a economia de mercado pode se manter como garantidora dessa necessidade. Como aponta Gonçalves (2012), os documentos que resultam dessas convenções apresentam uma vagueza conceitual e falta de rigor filosófico/científico para lidar com as questões ambientais, vigorando uma perspectiva de separação entre ser humano e natureza. Desse modo, uma contribuição da dimensão dos meios de vida resulta da sua forma de expressar os fenômenos econômicos territorializados, holísticos, inseridos no domínio da cultura e da natureza.

A discussão aponta para a possibilidade da categoria dos meios de vida enquanto expressão dos fenômenos econômicos que fazem parte dos territórios e se expressam nas estratégias de obtenção dos meios de vida a nível individual, comunitário e territorial. Atentar-se às relações e práticas econômicas substantivas que se constituem no espaço, a partir das dinâmicas e padrões das estratégias de obtenção dos meios de vida, fornece uma contribuição para a produção do espaço a partir das outras economias. Entende-se que a parte da sociedade que é privada das condições mais básicas de vida, despossuídos de terra e emprego, na busca por sua subsistência e na luta pela sua sobrevivência, produz *outros* espaços. Ou seja, se por um lado há um “espaço formal” produzido pela reprodução do capital, por outro, há “espaços informais” produzidos pela obtenção dos meios necessários à reprodução da vida.

Assim, a dinâmica dos meios de vida e as constituições econômicas passam a ser relacionar com a produção do espaço. A diversificação dos meios envolve novas relações entre os grupos sociais do campo e os grupos sociais da cidade, que vão desde o trabalho até os saberes tradicionais como forma de ampliar as formas pelas quais os grupos se reproduzem. As

mudanças geradas por políticas públicas e pela urbanização extensiva, se evidencia no contexto atual a partir da diversificação dos meios, o que durante algum tempo sustentou a redução da fome e da miséria, o aumento da produção de alimentos da agricultura familiar, e o fortalecimento de outras economias nos territórios.

A questão regional e urbana, por sua vez, são interpretadas à luz dessas dinâmicas e padrões dos meios de vida, sendo que uma perspectiva para o desenvolvimento desses espaços está no fortalecimento e na diversificação dos meios de vida. Definidos por normas individuais, comunitárias e territoriais, os meios de vida são impactados por fatores locais e globais, micro e macroeconômicos, em suma, por tudo que afeta o ecossistema em que está inserido. Portanto, o desenvolvimento urbano e regional passam a ter como importante referência econômica as estratégias de obtenção dos meios de vida, isto é, as economias enraizadas nos territórios.

Por fim, na interpretação do urbano enquanto espaço privilegiado da reprodução social (Lefebvre, 1999), conclui-se que o espaço construído a partir da busca por soluções para suprir as necessidades, a partir da busca pela reprodução da vida, reflete um espaço que redefine a dinâmica socioespacial, política e econômica local (Monte-Mór, 2008). Na esteira do urbano extensivo, esses espaços também se tornam lócus da práxis sociopolítica, se tornando territórios que performam um horizonte emancipatório, em que as soluções para suprir suas necessidades não estejam apenas na economia de mercado, mas em uma economia enraizada nas relações sociais do território, parte do domínio cultural, com princípios econômicos e arranjos institucionais voltados para a reprodução da vida.

Referências

Aquino, J.R.; Nascimento, C.A. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no nordeste do Brasil. **Revista de Economia do Nordeste**, Fortaleza, v.51, n.2, p.81-97, 2020.

BARBIER, Edward. The concept of sustainable economic development. **Environmental conservation**, 14(2): summer, 1987.

CANDIDO, A.C. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora USP, 2017.

CHAMBERS, R., CONWAY, G. (1992) Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century, IDS **Discussion Paper 296**, Brighton: IDS

CORAGGIO, J. C. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 91-133.

CORAGGIO, J. L. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. Dossiê: teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina. **Cadernos Metrôpole**, v. 16, n. 31, jun. 2014.

ELHACHAM, E., BEN-URL, L., GROZOVSKI, J., BAR-ON, Y., MILO, R. Global human-made mass exceeds all living biomass. **Nature**. Vol.588, 2020. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-3010-5>

ELLIS, F. Rural Livelihood Diversity in Developing Countries: Evidence and Policy Implications. **Natural Resource Perspectives**. Overseas Development Institute, n.40. 1999.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

GALIZONI, F.M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 5, 2008.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos para a biocivilização**. Documento de trabalho para o Ateliê Internacional Biocivilização para a Sustentabilidade da Vida e do Planeta, (Conferência Rio+20, 9 a 12 de agosto de 2011). Rio de Janeiro: Ibase.

JAEGGI, R. Um conceito amplo de economia. **Civitas**, Porto Alegre, v.18, n.3, p.503-522, set-dez, 2018.

KUEBLER, M. Dia da Sobrecarga da Terra chega cada vez mais cedo. in: **Ecodebate**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/08/05/dia-da-sobrecarga-da-terra-chega-cada-vez-mais-cedo/>. Acesso em: 20/07/2022.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (1972)

MARX, K. **Cadernos de Paris: Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Karl Marx; tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco:- 1ed: - São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATTOS, L.C.; MAY, P. Duas secas climaticamente análogas no semiárido nordestino com impactos sociais distintos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, v.55, 2020.

MOLINA, W. S. L.; SANTOS, A. M.; CARVALHO, A. M. R.; ALMEIDA, N. Maria C.; SCHIOCHET, V. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v.13, n. 24, p. 170-189, julio-diciembre 2020.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Cedeplar, UFMG, 2006. (Texto para Discussão, 281).

POLANY, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a.

POLANY, K. **A Grande Transformação: origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SCOONES, I. **Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis**. IDS Working Paper 72, 1998.

_____. Livelihoods perspectives and rural development. **The Journal of Peasant Studies**, 36:1, January 2009, 171-196

SEN, A.K. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, J.L, RIBEIRO, E.M, LIMA, V.M.P & HELLER, L. As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no Semiárido de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.22, 2020.

TONUCCI Filho, João; COSTA, Heloisa. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana? In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017, São Paulo. **Anais. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?**. São Paulo: FAUUSP, 2017.